



Artigo

**O Jogo de Capoeira no Jogo das Políticas Públicas:
uma análise do programa Capoeira Viva**

*The Game of Capoeira in the Game of Public Policies:
an analysis of the Capoeira Viva program*

*El Juego de Capoeira en el Juego de las Políticas Públicas:
una analisis del programa Capoeira Viva*

*Le Jeu de Capoeira Dans le Jeu des Politiques Publiques:
une analyse du programme Capoeira Viva.*

Lindinalvo Natividade¹

¹ Licenciado Pleno em Educação Física pelo Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ, Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana e doutorando no Programa de Pós-Graduação em educação da universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Atualmente é docente do Centro Universitário de Barra Mansa e professor da rede pública do município de Barra Mansa, RJ, Brasil.

E-mail: nativacapoeira@gmail.com

Resumo

Foi objetivo desse artigo, parte integrante da dissertação “Capoeirando eu vou: cultura, memória, patrimonialização e políticas públicas no jogo da Capoeira”, propor uma análise sobre os programas Capoeira viva edições de 2006 e 2007. A partir de uma abordagem qualitativa com base na revisão de literatura e na análise documental, observei que a Capoeira passará a ser reconhecida como uma manifestação digna de apoio e fomentos por parte do Governo Federal no início do século XXI. Para tanto, programas de fomento são criados e planos de salvaguarda e preservação instituídos. Porém, haverá uma descontinuidade das ações dos programas pesquisados devido a questões de ordem burocráticas, políticas e financeiras.

Palavras-chave: Capoeira; Capoeira viva; Políticas Públicas; Salvaguarda; Políticas Públicas de Esporte .

Abstract

The objective of this article, an integral part of the dissertation “Capoeirando eu vou: culture, memory, heritage and public policies in the game of Capoeira”, to propose an analysis of the Capoeira viva programs in 2006 and 2007 editions. From a qualitative approach based on literature review and document analysis, I observed that Capoeira will pass to be recognized as a manifestation worthy of support and encouragement from the Federal Government at the beginning of the 21st century. To that end, foster programs are created and plans for safeguarding and preserving instituted. However, there will be a discontinuity in the actions of the researched programs due to bureaucratic, political and financial issues.

Keywords: Capoeira; Live Capoeira; Public Policies; Safeguard.; Public Policy of Sports.

Resumen

El objetivo de este artículo, parte integral de la disertación “Capoeirando eu vou: cultura, memoria, patrimonio y políticas públicas en el juego de la Capoeira”, para proponer un análisis de los programas de Capoeira viva en las ediciones de 2006 y 2007. Desde un enfoque cualitativo basado en la revisión de la literatura y el análisis de documentos, observé que la Capoeira pasará ser reconocida como una manifestación digna de apoyo y estímulo por parte del Gobierno Federal a principios del siglo XXI. Para ello, se crean programas de acogida y se instituyen planes de salvaguarda y preservación. Sin embargo, habrá una discontinuidad en las acciones de los programas investigados debido a cuestiones burocráticas, políticas y financieras.

Palabras-clave: Capoeira; Capoeira viva; Políticas Públicas; Salvaguardia; Política Pública de Deporte.

Résumé

L'objectif de cet article, partie intégrante de la thèse «Capoeirando eu vou: culture, mémoire, patrimoine et politiques publiques dans le jeu de la Capoeira », pour proposer une analyse des programmes de Capoeira viva des éditions 2006 et 2007. D'une approche qualitative basée sur la revue de la littérature et l'analyse de documents, j'ai observé que la Capoeira passera être reconnue comme une manifestation digne de soutien et d'encouragement de la part du gouvernement fédéral au début du 21e siècle. À cette fin, des programmes d'accueil sont créés et des plans de sauvegarde et de préservation sont institués. Cependant, il y aura une discontinuité dans les actions des programmes étudiés en raison de problèmes bureaucratiques, politiques et financiers.

Mots-clés: Capoeira; Capoeira viva ; politiques publiques; sauvegarde; Politique Publique du Sport.

Introdução

Vem jogar mais eu, vem jogar mais eu mano meu.
Vem jogar mais eu mano meu, vem jogar mais eu mano meu.
Domínio Público.

O jogo da Capoeira possui algumas dinâmicas e/ou alguns rituais que acho oportuno trazê-los para pensar a organização desse texto. Uns falarei agora e outros aparecerão no decorrer do trabalho. Um deles se refere a multiplicidades de facetas que a própria Capoeira oferece (NATIVIDADE, 2014).

Faço a opção pela faceta jogo por ser “uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo certa ordem e certas regras.” (HUIZINGA, 2007: 16).

Cabe-me também alertar ao leitor que esse trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Capoeirando eu vou; cultura, memória, patrimonialização e políticas públicas no jogo da Capoeira” defendida no ano de 2012 no programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

A partir de uma abordagem qualitativa com base na revisão de literatura e na análise documental quero propor nesse texto, algumas reflexões e análises sobre o programa federal conhecido como Capoeira Viva especificamente nas suas edições de 2006 e 2007.

Então, como se canta nas rodas de Capoeira, vem jogar mais eu mano meu...

1. Berimbau me de Licença: saindo para o jogo

Ao deparar com o termo políticas públicas, logo direciono os pensamentos a ações e/ou projetos governamentais de âmbitos municipal, estadual ou nacional. Projetos e ações que visam atender a diversos setores da sociedade, como saúde, educação, transporte, segurança, previdência, saneamento básico, esporte, lazer, habitação dentre outras coisas. (FREY, 2000).

Para Santos (2010), políticas públicas deve ser o resultado de uma complexa interação entre agências estatais e organizações não estatais. Este autor, compreende que a sociedade com seus diferentes atores e o modo descentralizado como interagem é a premissa para rejeitar a ideia que somente parte do Estado é relevante na formulação de políticas públicas.

A partir dessa noção sobre o papel desses atores (públicos ou privados), o modo como vão construir estratégias para enfrentar e solucionar problemas públicos é que de fato propiciará possíveis intervenções na produção e manutenção de políticas públicas. Assim, poderão diagnosticar e analisar a realidade social, permitindo um diálogo e formas de negociação de maneira democrática com os diferentes atores envolvidos no processo.

Foi a partir da constituição de 1988, que o conceito de Cultura e Bem Cultural no Brasil tiveram inaugurada uma nova fase. A nova Constituição constitui um marco no processo de consolidação dos direitos e garantias fundamentais e, mais do que isso, dos espaços institucionais de representação dos interesses da sociedade.

De acordo com Bonfim e Vieira (2010), a nova constituição propõe um novo conceito, uma nova visão de cultura, nos artigos dedicados ao tema e em diversas referências ao longo de todo o texto constitucional, proporcionando a construção de um Estado mais aberto à percepção da riqueza de suas manifestações populares.

Com a Constituição de 1988 é fortalecida a ideia de patrimônio cultural e são reforçadas as bases de uma política consistente de fomento, buscando abranger toda a produção simbólica, indicando uma nova concepção que viria a predominar e orientar a política cultural desde então. Um novo olhar, sintonizado com o movimento internacional – que, há tempos, vinha destacando a importância de uma prática que fortaleça a cultura de tolerância e de paz –, ganha importância e passa a nortear as ações do Estado nesse campo. (Bonfim & Vieira, 2010:1).

Esse processo de construção do conceito de cultura pelo Estado tem sido bastante lento, e inclusive, como pontua Bonfim & Vieira (2010), vem sofrendo algumas resistências. Há apenas duas décadas o Estado adotou um conceito de Cultura que incorpora uma noção de inclusão social. Até meados da década de 80, o Estado preocupou-se em identificar traços do passado a serem superados por uma cultura moderna e a apropriação estereotipada dos traços identificadores de um caráter nacional. “Agia, assim, o Estado sobre a cultura com o propósito de induzir a formação ou fortalecimento de uma determinada concepção de identidade nacional.” (Bonfim & Vieira, 2010: 2).

A Capoeira surgiu, ou pelo menos se ouviu falar dela, por volta do séc. XVII, precisamente durante as invasões holandesas, quando justamente a sociedade brasileira vivia esse modelo estratificado de senhores de engenho e escravos (Silva, 2002:12). Autores como Vieira, 1995; Falcão, 2004; Soares, 1993, 1994, 2004; Silva, 2002, pontuam que a Capoeira vai surgindo como resistência às formas de poder e de controle vigentes no Brasil.

Seu reconhecimento como manifestação digna de apoio por parte do Governo Federal veio a acontecer somente a partir de ações do Ministério da Cultura no início do Séc. XXI. Para tanto, programas de fomento são criados e planos de salvaguarda e preservação são instituídos, tudo com o objetivo de manter, difundir e preservar as tradições, as memórias e a ancestralidade imbuída nessa manifestação que já alcança mais ou menos cento e setenta países (NATIVIDADE, 2014). No que se refere aos capoeiristas, esta experiência tem apresentado desafios singulares, considerando o contexto marginalizado no qual a Capoeira nasceu.

Das várias ações do Ministério da Cultura que nos chamaram especial atenção, destaco a manutenção do programa Capoeira Viva. Apesar de haver outras ações conjugadas, esse programa teve como ponto de partida, as iniciativas de implantação dos Pontos de Cultura, através da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC).

2. Segura Menino que o Som vai Subir: Capoeira Viva 2006 e 2007

Em 2005, o Ministério da Cultura, o Museu da República, a Associação de Apoio ao Museu da República juntamente com a Petrobrás lançam o projeto Capoeira Viva. Esse programa nacional abrangente visava valorizar e promover a Capoeira como um bem cultural brasileiro e funcionaria nos moldes de execução do Programa Cultura Viva.

Seu objetivo foi o de fomentar políticas públicas para valorização e promoção da Capoeira como bem constituinte do patrimônio cultural brasileiro, apoiando uma das diretrizes de política cultural da atual gestão do Ministério da Cultura. Esta edição foi lançada no dia 15 de agosto no Museu da República, Rio de Janeiro. A Associação de Apoio ao Museu da República e o Museu da República funcionaram como agência executora, sendo a Petrobrás a agência patrocinadora.

De acordo com Ricardo Vieiralves, o Museu da República foi escolhido para sediar o programa devido ao seu caráter simbólico, pois foi sede da Presidência da República do Brasil, entre 1897 e 1960. Com isso, resgataria essa dívida republicana e reconheceria a Capoeira como uma expressão brasileira de valor imprescindível para o Patrimônio Cultural Nacional, pois “na história da República no Brasil, o respeito aos princípios republicanos não foi a máxima adotada em vários períodos da vida política de nosso País. A capoeira é um triste exemplo do não respeito à cultura brasileira, principalmente a dos mais pobres e dos negros, cidadãos do Brasil.” (Vieiralves, 2006).

Na ocasião, estava presente o Sr. Juca Ferreira (na época, secretário executivo do Ministério da Cultura), que repassaria R\$ 930 mil a iniciativas de Capoeira. O projeto apoiaria oficinas, pesquisas, acervos culturais e atividades que utilizassem a Capoeira como instrumento de cidadania e inclusão social. Projetos de estudos e pesquisas receberam um valor de R\$ 20 mil, totalizando R\$ 360 mil para essa categoria. Ações sócio educativas receberam cerca de R\$ 300 mil, sendo distribuídos da seguinte forma: R\$ 5 mil para 15 iniciativas informais ou experiências individuais (total de R\$ 75 mil), R\$ 15 mil para quinze experiências institucionais (total de R\$ 225 mil). Para apoio a acervos documentais, o projeto repassou R\$ 270 mil. (Edital Capoeira Viva, 2006).

Para a primeira edição do programa Capoeira Viva cinquenta Mestres foram escolhidos. Mestres que, por sua história de vida, sua participação na preservação da Capoeira, na formação de outros Mestres e importância regional, receberam bolsas de estudos. Essas bolsas seriam para que, através de oficinas e palestras, pudessem dar seus depoimentos, subsidiando estudos e publicações futuras sobre a Capoeira. Tiveram o valor de R\$ 900,00 mensais, durante seis meses, perfazendo um total de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Foi formado um Conselho Superior de Mestres, que deveria indicar quais Mestres deveriam receber essa bolsa. Fizeram parte desse conselho Mestres como Itapuã, Moraes, Luiz Renato, Camisa, Suíno, Peixinho, Suassuna, Janja dentre outros. O curioso é que alguns Mestres do Conselho também foram beneficiados, ou seja, eles mesmos se elegeram. “Entre os Mestres que não faziam parte do Conselho, mas foram merecidamente beneficiados, podemos citar: Zé do Lenço, Curió, Ananias, Bigo, Virgílio e João Grande.” (Costa, 2010: 295).

O programa ainda realizou três seminários que visaram a socialização das informações e a articulação entre os saberes de Mestres e estudiosos da Capoeira. Promoveu a difusão dos conhecimentos produzidos nas áreas acadêmicas, educacional, patrimonial e artística, como

também a elaboração de projetos e estratégias que subsidiassem as Políticas Públicas voltadas para a valorização e promoção da Capoeira.

O primeiro Seminário foi realizado em 21 de novembro de 2006, no auditório Apolônio de Carvalho, no Museu da República, Rio de Janeiro/RJ, e contou com os temas: “A Formação do Mestre, ontem e hoje” e “De arma da vadiagem a Instrumento de Educação”. O primeiro tema teve como palestrantes, Mestre Camisa (José Tadeu Carneiro Cardoso); Mestre Moraes (Pedro Moraes Trindade); Mestre Suíno (Elto Pereira de Brito). Já o segundo, contou com Mestra Janja (Rosângela Costa Araújo); Mestre Luiz Renato (Luiz Renato Vieira); Mestre Zulu (Antonio Batista Pinto). Em ambos os temas, o mediador foi o Prof. Dr. Muniz Sodré.

O segundo Seminário foi realizado em 12 de dezembro no teatro Gregório de Mattos, Salvador/BA, com a apresentação dos projetos selecionados no programa Capoeira Viva. Para palestrar sobre o tema “Capoeira que é bom não cai...” e foram convidados Mestre Cobrinha Mansa (Cinézio Feliciano Peçanha); Mestre Itapoan (Raimundo César Alves de Almeida); Mestre Moraes; Frederico José de Abreu, fundador do instituto Jair Moura e Wallace de Deus, coordenador do projeto “Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira”. Esse seminário foi mediado pelo Prof. Rui F. R. Pereira, coordenador do Programa Capoeira Viva.

O programa Capoeira Viva, edição de 2006, teve mais de 800 projetos inscritos, sendo 599 selecionados para avaliação. Desses, somente 74 projetos foram premiados em 19 estados. A princípio, R\$ 930 mil, quase um milhão de reais, uma quantia ímpar que nunca fora destinado a Capoeira. Uma quantia que instalaria na comunidade capoeirana um clima do farinha pouca, meu pirão primeiro, momento em que o individualismo superaria o coletivo. Cada qual buscaria elaborar o seu melhor projeto a fim de ser premiado na categoria ao qual estaria concorrendo.

Mesmo com toda política de fomentos para a valorização e promoção da Capoeira e as diversas categorias as quais o programa visava contemplar com seus variados valores, menos de 10% (dez por cento) das iniciativas inscritas foram contempladas. Esses números demonstram que há uma necessidade de mapear o real número de grupos, entidades, organizações e instituições que trabalham com a prática da Capoeira no Brasil.

Durante essa edição do programa Capoeira Viva, o MinC realizou esse estudo com o intuito de ser apresentado em sua próxima edição em 2007. Também elaborou uma tabela para mostrar como a Capoeira se apresentava em cada um dos 27 estados da União. Chegou à conclusão que dos 1064 grupos da região Nordeste, somente 293 estão no estado da Bahia, enquanto que na região Sudeste, dos 847 contabilizados, 380 estão no Estado de Minas Gerais e apenas 77 no Rio de Janeiro.

Com base no Censo do IBGE de 2007, o estado da Bahia possuía 14.080.654 de habitantes, Minas Gerais 19.273.506 e o Rio de Janeiro 15.420.375. Num confronto direto, fica claro que o estado de Minas Gerais possui 23% mais grupos de Capoeira que o estado da Bahia e 80% mais que o Rio de Janeiro.

Se voltarmos nossos olhos aos recursos investidos em cada estado separadamente, nessa edição do programa a Bahia concentrou 27,20% (R\$ 253.000,00) seguidos por Rio de Janeiro com 25,16% (R\$ 234.000,00) e São Paulo 11,40% (R\$ 96.000,00). Os estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Amapá, Roraima, Ceará, Sergipe e Mato Grosso do Sul não tiveram nenhuma proposta contemplada. Não porque nesses estados a prática da Capoeira seja irrelevante, pelo contrário.

O Programa Capoeira Viva fechou o ano com um balanço positivo. Não encontro reclamações junto aos capoeiristas entrevistados sobre o repasse de verbas por parte do

Governo Federal. Inclusive Mestre Curió em entrevista concedida para a dissertação de mestrado mencionada acima, disse-me que “- bom foi quando veio do Rio,” referindo-se ao Museu da República como agência executora. (Natividade, 2014)

Mas a divulgação dos resultados deixou a desejar. Excetuando a categoria Acervo Documental, que possivelmente funcionou e ainda funcionaria como Centro de Referência para Pesquisas em Capoeira, a grande comunidade capoeirana ficou, e ainda podemos dizer que está, sem conhecer oficialmente o que se produziu no programa Capoeira Viva de 2006.

A chamada pública para a edição 2007 do programa Capoeira Viva começa com o lançamento do documentário Brasil Paz no Mundo, homenagem do MINC ao embaixador Sérgio Vieira de Mello (morto em Missão de Paz em Bagdá em 2003). O Ministro Gilberto Gil em agosto de 2004 no Victoria Hall Theatre (Genebra) discursou em apoio ao Programa Mundial das Nações Unidas para o Diálogo entre as Civilizações pela Paz Mundial. Na ocasião, Gil procurou demonstrar a capacidade da Capoeira em unir os povos das mais variadas línguas e costumes.

O nosso país celebra a arte do encontro, da resistência cultural e da fraternidade. É por isso que trago hoje à ONU capoeiristas de todo o mundo para homenagear a Sérgio Vieira e seus companheiros e companheiras. Afinal, ninguém luta só, ninguém dança só. Capoeira é atitude brasileira que reconhece uma história escrita pelo corpo, pelo ritmo e pela imensa natureza libertária do homem frente à intolerância. (GIL, 2004)

Gil reconheceu a dificuldade da população negra na luta pela propagação e manutenção da Capoeira, assim como as adversidades enfrentadas ao longo da história do Brasil. “Têm sido assim as voltas dos capoeiras. Diante dos obstáculos, rodopiam e conseguem, com o gesto rápido, a arte da esquivada e a malícia do golpe não finalizado, girar a roda da vida e do destino.” (Gil, 2004).

Após uma série de discursos sobre a importância da Capoeira e como o governo tem procurado reparar o tempo que não tinha ações voltadas para esse segmento, realizou-se naquele local uma grande roda de Capoeira com capoeiristas do Brasil e outras partes do mundo.

Vamos agora iniciar um ritual globalizante, uma reza de todas as línguas: iorubá, chinês, inglês, espanhol, francês, português, o que seja: que venham todas. Faremos juntos, essa oração da dança e do corpo, do som e da voz. Vamos invocar nossos Mestres e esses tantos Mestres que escreveram a capoeira na história. Quero reverenciar alguns Mestres que já se foram: Bimba, Pastinha, Aberrê e Besouro Mangagá. Chamo também os Mestres Noronha, Maré, Bilusca, Rosendo, Atenilo, Samuel Querido de Deus, Waldemar, Traíra e Najé. Invoco os Mestres, esses vivos: Cobrinha, João Grande, João Pequeno, Caiçara, Canjiquinha e Camisa, que hoje tem quase 40 mil alunos espalhados pelo mundo. Em nome desses Mestres e de muitos outros Mestres, o Ministério da Cultura do Brasil convoca todos a uma roda, ou melhor, uma mandala da dança pela paz... Com vocês, os Mestres e capoeiristas que plantarão hoje essa semente de amor e união. Quero chamar a esse palco os velhos Mestres de Angola – Moraes e Curió, vindos da Bahia. Também de lá, o Mestre Duende. Vinda do interior do Maranhão, a nossa gloriosa Espoleta, que teve na capoeira o caminho para enfrentar a pobreza e hoje é exemplo que essa é, de fato, uma prática pela inclusão – o nosso querido Bracinho, portador de deficiência física, outra prova de que a capoeira é um dos grandes meios de inclusão. Agora, o filho de nosso saudoso Mestre Bimba: Luisinho, que honrou as raízes do pai e dos afro-brasileiros. E direto da Bélgica: Dendê e Abelha. Do Japão: Katana. De Israel: Sapiro e Gato Branco. Da Holanda: Samara. Todos esses são provas de que a

capoeira pode ser globalizada num mesmo tom... Iêêê: é Paz no Mundo, Camará... (Gil, 2004)

Da edição de 2006 para 2007 ocorreram algumas mudanças. A primeira foi quanto a agência executora. Antes Museu da República, agora Fundação Gregório de Mattos – Salvador/BA (Diário Oficial de Salvador, 2007). A premiação anterior de R\$ 930 mil passou para R\$1,2 milhão (a maior da história no que diz respeito a fomentos para Capoeira). Mais uma categoria de premiação foi criada (Produção, Registro e Preservação em meios digitais, audiovisuais e eletrônicos) enquanto outra mudou a denominação (antes Acervo Documental, agora Centro de Referência).

O número de participantes aumentou, assim como o número de projetos contemplados. O MINC elaborou uma estratégia nacional de comunicação e oficinas de capacitação com ênfase no Acervo Documental, agora Centro de Referência. Essas oficinas tiveram o objetivo de assessorar algumas entidades, para que assim houvesse um equilíbrio regional com pelo menos um representante de cada região. Puderam participar dessas oficinas: Capoeiristas, Mestres, Contramestres, Pesquisadores, Gestores públicos, Produtores culturais, Organizações não governamentais, Pontos de Cultura, Instituições Culturais sem Fins Lucrativos e demais interessados em participar do Edital.

O aumento dos recursos possibilitou também aumentar o valor a ser recebido, caso o projeto fosse contemplado. Só que nessa edição a palavra “até” vinha antes dos valores. Coisa que não aconteceu na edição de 2006, podendo cada entidade receber o valor descrito no edital, descontados, claro, os impostos devidos.

Para a Categoria Projetos e Ações Sócioeducativas cada projeto de pessoa física receberia até R\$ 8 mil, enquanto pessoa jurídica até R\$ 18 mil. Na categoria Estudos, Pesquisas e Documentação, até R\$ 20 mil por projeto. Para a categoria Centro de Referência, até R\$ 50 mil por núcleo e na categoria Mídias e Suportes Digitais, Eletrônicos e Audiovisuais até R\$ 30 mil por projeto.

O projeto Capoeira Viva edição de 2007 teve um total de 1.289 projetos inscritos. Nessa edição, o Nordeste liderou as inscrições com 44% (567 projetos), seguido pela região Sudeste com 30% (387 projetos); Centro-Oeste 11% (141 projetos); Sul com 10% (129 projetos) e a região Norte com 5% (65 projetos). Nessa edição foram classificados para avaliação somente 747 projetos. Desses, somente 123 foram contemplados, sendo 11 projetos da região Norte, 57 da região Nordeste, 28 da região Sudeste, 15 da região Centro-Oeste e 12 da região Sul.

O critério de avaliação dessa edição do programa Capoeira Viva descrito em seu edital foi o mesmo adotado na edição anterior, com a diferença de que agora, os avaliadores também deveriam analisar até quanto cada projeto deveria receber. A proposta do Governo Federal em oferecer oficinas de capacitação, com objetivo de colaborar com as entidades na produção de seus projetos e equilibrar a distribuição regional dos fomentos, deu certo. Dos Estados não contemplados na edição de 2006 (Pará, Amazonas, Rondônia, Amapá, Roraima, Ceará, Sergipe e Mato Grosso do Sul) somente o Amapá, Amazonas e Roraima continuaram sem ter projetos contemplados.

A Bahia liderou com 24 projetos selecionados, seguido por Minas Gerais (9); Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco (8); Maranhão e Goiás (7); Tocantins (6); Rio Grande do Norte e Santa Catarina (5); Rio Grande do Sul e Ceará (4); Pará, Alagoas, Paraíba, Espírito Santo, Distrito Federal, Paraná e Mato Grosso do Sul (3); Piauí e Mato Grosso (2); Acre e Rondônia (1). O resultado dos vencedores do Programa Capoeira Viva (edição de 2007) foi anunciada em

Salvador no dia 04 de abril, em solenidade realizada na Sala dos Espelhos do Palácio Rio Branco. Na ocasião, estava presente o Ministro interino da Cultura, Juca Ferreira, que ressaltou o desejo do MINC em consolidar uma política nacional para a Capoeira sem perder as funções socioculturais.

Ao observar cuidadosamente os valores recebidos pelas entidades e/ou responsáveis pelo projeto, somente uma alcançou o teto limite de valor disponibilizado para a categoria: a iniciativa “Olhar capoeirista sobre a Capoeira”, contemplada com R\$ 30 mil reais, o máximo que poderia se receber nessa categoria. Até mesmo na categoria que citamos acima (Ações Sócioeducativas), nenhuma entidade pessoa jurídica recebeu os R\$ 18 mil destinados a eles.

Como disse anteriormente, na edição 2006 do Programa Capoeira Viva, não se conheceu o que foi produzido pelas iniciativas contempladas. A criação dessa nova categoria (Categoria Mídias e Suportes Digitais, Eletrônicos e Audiovisuais) na edição 2007 possibilitou que alguns produtos finais chegassem ao conhecimento da comunidade capoeirana. A distribuição desses produtos, ainda um fato obscuro. Outra curiosidade é que ao visitar algumas lojas especializadas em artigos de Capoeira, às vezes é possível encontrar livros e mídias com a logomarca do Programa Capoeira Viva, porém, todos à venda.

3. Uma Pergunta que Não se Cala: Programa Capoeira Viva, cadê você?

A pergunta acima tem sido uma de minhas indagações, desde o ano de 2008, quando esperava ansiosamente pelas próximas edições do Programa. Tenho a certeza que também foi não somente uma pergunta, mas também um grito de alerta, feito pelos profissionais selecionados na edição de 2007 e que não tiveram todos os repasses recebidos.

De acordo com o UOL Esportes (2009), 32 dos 108 selecionados (Programa Capoeira Viva, edição de 2007), após um ano da divulgação dos resultados, ainda não havia recebido a segunda parcela do prêmio. Mestre Lua Rasta que nesse edital teve aprovadas duas iniciativas em entrevista ao UOL Esportes disse que:

os atrasos comprometeram a execução dos dois projetos que teve aprovados no edital: Meninos do Campo Formoso, Oficina de Instrumentos para crianças em situação de risco do bairro situado no Município de Mar Grande, na Ilha de Itaparica, e o Teatro Mestre Lua. “Os meninos se dispersaram. O Teatro foi filmado e virou um documentário que eu tive de finalizar com dinheiro do próprio bolso, pois contratei um profissional e não poderia ficar esperando a verba chegar.” (UOL ESPORTE, 2009)

Evangelivaldo Palma de Azevedo Filho, conhecido nas rodas de Capoeira como Gigante, também declarou seu descontentamento ao UOL Esportes. Sua iniciativa “Capoeira, Resistência, Tradição e Preservação” propunha o replantio de mudas de biriba na ilha de Itaparica. Num mundo onde tanto se fala em reciclagem e desenvolvimento sustentável, descuidar que um projeto como esse continue por falta de verba é no mínimo um retrocesso ao desenvolvimento

da humanidade, como relatou Gigante “trabalhamos com algumas crianças em situação de risco social da Ilha de Itaparica. Sem verba, o projeto parou e as crianças sumiram.” (UOL ESPORTES, 2009).

Imagine aquelas iniciativas que os responsáveis não eram da cidade de Salvador. Quanto se gastou com telefonemas, acesso a internet, correios, sem contar a preocupação com a execução ou não do projeto em questão. Diante de todo esse contexto, houve uma mobilização por parte dos contemplados que não receberam os recursos destinados as suas iniciativas. Nessa ação se produziu um documento que ficou conhecido como Manifesto Capoeira Viva.

Esse Manifesto foi assinado por 34 responsáveis de entidades contempladas nessa Edição do Programa. Inicialmente dissertam sobre a desconfiança da comunidade capoeirana quanto à intenção da proposta do Governo Federal. Em seguida, numa tentativa de expor a situação que se encontravam, relataram suas dificuldades e entraves.

Para um resultado apresentado em abril de 2008, a primeira parcela foi repassada somente em setembro. A segunda, que deveria ser em janeiro, não foi feita. Segundo os signatários do Manifesto (2009), a Fundação Gregório de Matos (FGM) solicitou via e-mail que todos reenviassem parte da documentação. Alguns gastos não previstos como ISS (Imposto Sobre Serviço) e INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), passaram a ser necessários e comprovados com recibos.

A comunicação Agência Executora X Entidades selecionadas não foi clara, fato que a pedagoga Maria Luísa Pimenta Neves, responsável da iniciativa “Capoeira Nossa Cor” da cidade de Lauro de Freitas/BA afirma em entrevista ao UOL esportes (2009). Luísa conta que durante a prestação de conta da primeira parcela foi orientada a recolher o ISS para si, descobrindo depois que, não era necessário. Bastava somente uma declaração que era coordenadora da iniciativa.

Enfim, com esse manifesto, as entidades puderam expressar publicamente todo seu descontentamento em relação a manutenção do Programa Capoeira Viva (edição de 2007). Em resposta ao manifesto, a FGM alegou o atraso, ao extravio de pedido de execução do programa.

Na época, o MINC também se pronunciou oficialmente ao UOL Esportes (2009), atestando que a FGM estava inadimplente com o Ministério. Essa situação foi solucionada em março, obrigando assim adiamento na execução das iniciativas.

Durante esse longo período de entraves burocráticos, foi muito difícil nos sentirmos “contemplados” e gostaríamos que uma forma de diálogo real e claro, não virtual e cheio de termos que não compreendemos pudesse ser estabelecido entre essa comunidade e os responsáveis pela elaboração, gestão e liberação desse tipo de política pública. (Manifesto, 2009).

Para a edição de 2008 (que não aconteceu) o MINC promoveu mais uma vez o rodízio na agência executora, mas ainda continuaria na Bahia. A execução do Programa passaria a cargo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). Em Salvador, procurei no IPAC alguém responsável por esse projeto que pudesse me fornecer possíveis informações sobre essa edição e a razão de não ter havido as outras. Infelizmente, as informações foram muito vagas. Nenhuma pessoa se apresentou como responsável direto pela execução do programa. Na verdade, era atendidos por um funcionário que me enviava a outro e assim sucessivamente.

Um órgão que questionou o IPAC sobre a não realização da edição 2008 do Programa Capoeira Viva, foi a própria FGM, que recebeu como resposta “- não sabemos como executar”. Para complicar ainda mais, a agência patrocinadora (Petrobrás), das duas edições anteriores não

patrocinou outras edições. Como a Capoeira foi registrada como bem imaterial do povo brasileiro, toda e qualquer política pública que a envolva, estaria a partir daquele momento, a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Adeus, Adeus. Eu Vou Embora: considerações finais.

A Capoeira hoje é um bem registrado nacionalmente e mundialmente, que a cada momento vem integrando novos adeptos e amantes da arte. Falar de Capoeira e políticas públicas é um ato de reflexão histórica. É um constante pensar de onde viemos e para onde estamos caminhando. É como nos mostra Oliveira (2013), quando diz ser legítima a ideia de ir aos porões, para dar sustentação sócio histórica ao que se vive no presente.

Por muito tempo, a noção de Cultura por parte do Estado foi aquela que privilegiava a burguesia e que, fatalmente, dava as manifestações populares um caráter folclórico, que era o exótico e tendia claro, a desaparecer. Será a partir de novos olhares sobre a Capoeira no sec. XXI, como manifestação digna de apoio e fomentos por parte do governo federal, que esse quadro ganhará novas tintas, novas paisagens, novas mensagens e novas discussões.

As chamadas públicas, os editais, os seminários, os encontros mobilizaram uma comunidade que nesse trabalho chamo de Capoeirana. As edições do Programa Capoeira Viva com seus cifrões foram vistas como reais possibilidades de execução de variadas iniciativas em prol da Capoeira, cada uma dentro do âmbito de suas atuações.

Porém, uma tristeza se instalou. Mesmo com toda mobilização para o reconhecimento e salvaguarda da Capoeira como patrimônio cultural brasileiro, o Programa Capoeira Viva, se perdeu pela descontinuidade, pelos entraves burocráticos e a má comunicação da agência executora com as entidades contempladas. É como diz Costa (2010, p. 298) “não basta iniciar ações, é imprescindível, além da sua manutenção, a sua melhoria.”

Rubim (2007) conta que a história das políticas culturais no Brasil é marcada por expressões como ausência, autoritarismo e instabilidade. Propondo essa reflexão sobre o programa Capoeira viva e toda a Política Pública que se segue até hoje para a Capoeira, a ausência é a palavra mais perceptível delas.

Referências Bibliográficas

- Bonfim, João Bosco, & Vieira, Luiz Renato. (2010). Agenda Legislativa para a Cultura. Em Meneguim, Fernando. (org.). *Agenda Legislativa para o Desenvolvimento Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- Costa, Neuber Leite. (2010). De Ato Marginal à Patrimônio Imaterial: Análise das Políticas Culturais para a Capoeira. Em Rubim, Antonio Albino Canelas. (org.). *Repositório Cult Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: EdUFBA.
- Diário Oficial do Município de Salvador. Salvador: 2007
- Frey, Klaus. (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. 21, 211-259.
- Gil, Gilberto. (2004, 19 de Agosto). *Homenagem a Sérgio Vieira de Melo*. Genebra: Disponível em Acesso em 19 de Abril de 2018, de: <http://www.cultura.gov.br/site/2004/08/19/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello/>
- Huizinga, Johan. (2007). *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva.
- Manifesto Capoeira Viva. (2007). À comunidade de capoeira e conhecedores do edital Capoeira Viva 2007. Acesso em 19 de Abril de 2018, de: <http://consorcio-cultural.blogspot.com/2009/04/comunidade-de-capoeira-e-conhecedores.html>
- Mestre Curió. (2011, 17-18 de novembro). Entrevista concedida a Lindinalvo Natividade. Salvador: mimeo.
- Ministério da Cultura. (2005, 29 de março). *Secretaria de Programas e Projetos Culturais. Edital de divulgação nº 02*. Brasília.
- Ministério da Cultura. (2006). Edital Programa Capoeira Viva 2006. Brasília. Acesso em 19 de Abril de 2018, de: <http://cultura.gov.br/edital-capoeira-viva-2007/>
- Ministério da Cultura. (2007). Edital Programa Capoeira Viva 2007. Brasília. Acesso em 19 de Abril de 2018, de: <http://cultura.gov.br/edital-capoeira-viva-2007/>
- Natividade, Lindinalvo. (2014). *Capoeirando eu vou: cultura, memória, patrimônio e política pública no jogo da capoeira*. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Acesso em 19 de Abril de 2018, de: http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/D_lindinalvonatividade.pdf
- Oliveira, Iolanda. (2013). LEI 10.639/03 – Dez anos, o que mudou na educação brasileira? Em *Seminário Virtual Nacional. História e Cultura Africana e Afrobrasileira na escola*.
- Santos, Joisciene e cols. (2010). As Políticas Públicas para a diversidade cultural brasileira. Em Rubim, Antonio Albino Canelas (org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA.
- Silva, Paula Cristina Costa. (2002). *A educação física na roda de capoeira: entre a tradição e a globalização*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade de Campinas.
- Soares, Carlos Eugênio Líbano. (1993). *A negregada instituição: os capoeiras no rio de janeiro (1850-1890)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade de Campinas.

- Soares, Carlos Eugenio Líbano. (1994). *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- Soares, Carlos Eugenio Líbano. (2004). *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Campinas: EdUniCamp.
- Vieira, Luiz Renato. (1998). *O Jogo da capoeira: corpo e cultura popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Sprint.
- Vieiralves, Ricardo. (2006, 16 de Agosto). *Ministro Gilberto Gil lança projeto capoeira viva*. Acessado em 19 de Abril de 2018, de: <http://portalcapoeira.com/Noticias-Atualidades/ministro-gilberto-gil-lanca-projeto-capoeira-viva>

Recebido em 02/05/2019.
Revisado em 09/06/2019.
Aceito 14/07/2019.